

PROJETOS EXECUTIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO SETOR AGROPECUÁRIO FLUMINENSE 2013



FAZENDA LEGAL



Sistema FAERJ
Senar Rio de Janeiro | Sindicatos Rurais



FAERJ - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE

Rodolfo Tavares

1º VICE-PRESIDENTE

Italo Balbo Lira

1º SECRETÁRIO

Manoel Affonso M. de F. Mello

1º TESOUREIRO

Heloísio Amorim Machado Jr.

SEBRAE-RJ

PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Jésus Mendes Costa

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Cezar Vasquez

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO

Evandro Peçanha Alves

DIRETORIA DE PRODUTOS E ATENDIMENTO

Armando Clemente

REDAÇÃO

Geiza Mesquita - comunicacao@sistemaferj.com.br

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Híbrido

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

Desde 2008 a Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro tem discutido junto aos produtores, presidentes de sindicatos rurais, dirigentes das entidades de classe da agropecuária, cooperativas, associações de produtores e técnicos como propor medidas que desenvolvam o setor no estado.

Essas ações são definidas por consenso através de um seminário. Consultores, especialistas em planejamento, direcionam uma pesquisa que levam em consideração: a análise das questões críticas do setor, a definição de soluções e a caracterização de projetos prioritários.

Seguindo essa metodologia, foi realizado o Plano de Direcionamento Estratégico de 2008-2013, que resultou em grandes avanços na agropecuária e no agronegócio fluminense, conforme você constatará ao longo da apresentação de projetos.

Acompanhando a mesma linha, a Faerj realizou em outubro de 2013 o seminário que definiu um novo plano para os próximos cinco anos, 2013-2018. A partir das oportunidades de investimento no agronegócio, foram determinados um conjunto de projetos que buscam nortear a ação das políticas públicas. Nesse estudo, você terá acesso a uma versão reduzida do planejamento e dos projetos executivos.

O Planejamento Estratégico do Setor Agropecuário Fluminense 2013-2018 pretende ser uma fonte importante de consulta para o novo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Só há uma maneira de buscar o fortalecimento do mercado, é pelo conhecimento. A Faerj está dando a oportunidade para que o poder público e privado tenham informações para realizar as ações que contribuam para o desenvolvimento do agronegócio do estado.

Boa leitura!

Rodolfo Tavares

PRESIDENTE



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO AGRO FLUMINENSE	7
DIRETRIZES DESTE SEMINÁRIO DE 2013	7
OS RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	15
RIO AGROFORTE	18
RIO MAIS ALIMENTOS	22
SALVAÇÃO DA LAVOURA - ADEQUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	34
SOS RURAL - PROGRAMA DE SEGURANÇA	34
ÁGUA LIMPA É SAÚDE	35
INFRA RURAL - ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES PARA O BEM ESTAR DO MEIO RURAL	36
RIO MAIS VERDE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E COMPETITIVIDADE DO SETOR RURAL	38
RIO TECNOLOGIA RURAL	45



INTRODUÇÃO

Reunidos em um seminário, em Rio das Ostras, de 9 a 11 de outubro de 2013, produtores agropecuários, presidentes de sindicatos rurais, dirigentes das entidades de classe da agropecuária, cooperativas, associações de produtores, técnicos de diversos ramos agropecuários, técnicos da EMATER, PESAGRO, SEAPEC, sob o patrocínio da FAERJ/SENAR com a participação do SEBRAE, FIRJAN, Banco do Brasil, Secretaria de Agricultura, foi decidido revisitar o Planejamento Estratégico realizado em Vasouras, de 20 a 22 de fevereiro de 2008, para avaliar os resultados das iniciativas e projetos para a agropecuária do Rio de Janeiro decididos à época. Aquele planejamento foi importante para o agro fluminense, em particular para o desenvolvimento dos ramos do leite, café, cana de açúcar e produtos hortigranjeiros.

A partir dos projetos e das linhas gerais de ação definidos no Planejamento Estratégico de 2008, esforços concentrados dos produtores, das instituições ligadas ao agro estadual e seus dirigentes, técnicos de diversas especialidades na agropecuária resultaram em grandes avanços na agropecuária e no agonegócio fluminense.

As diretrizes do planejamento estratégico de 2008 foram, entre outras: a) no leite, a desoneração da cadeia do leite, fortalecimento das cooperativas, quali-

ificação dos produtores e a disponibilização de técnicos para a implantação de novas tecnologias na produção; b) no café, implantação de grupos de técnicos especializados para demonstração e motivação dos produtores para a adoção de tecnologia, recuperação das lavouras existentes e demonstração de viabilidade de novas áreas para a cultura do café, além da motivação dos produtores para redução de custos e aumento de renda, da melhoria do apoio técnico à cafeicultura fluminense, da assistência técnica e crédito para melhoria da produtividade cafeeira; c) na cana de açúcar, as ações sugeridas foram de implantação de tecnologia para pequenos produtores, melhoria de produtividade e qualidade da matéria prima, implantação de procedimentos de qualidade em todas as etapas da colheita, além da implantação de tecnologia para a colheita mecanizada, organização dos mercados e relacionamento com usinas, mecanização da colheita e remuneração por qualidade; d) no ramo hortigranjeiro as diretrizes foram ouvir os produtores diretamente e através de pesquisas, entidades públicas, associações e compradores para melhorias na comercialização, participação na CEASA, treinamento técnico e administrativo e incentivos, além da consolidação de associações de produtores.

Verificamos que, nas propostas para as ações setoriais para todos os ramos emanaram daquele planejamento de 2008 denominadores comuns para ações e iniciativas para todos os setores selecionados. Tais foram os casos de apoio técnico aos produtores para produtividade, assistência técnica, fomento tecnológico e difusão de tecnologia, remuneração por qualidade e alinhamento do crédito com objetivos de investimentos em produtividade etc. Esses fatores foram, em grande parte, responsáveis por indicadores de desempenho altamente favoráveis de 2008 a 2013. Importante assinalar que naquele planejamento de ações de 2008 houve o concurso das prefeituras, EMATER, SENAR, SEBRAE, MAPA, FAERJ, a quem se deve creditar também, além da concordância de todos os participantes em torno das diretrizes básicas de ação, os resultados alcançados pelo agro fluminense.

Vejamos os resultados alcançados após o planejamento estratégico de 2008. No ramo do leite, o projeto Balde Cheio e inúmeras iniciativas destinadas a aumentar a produtividade e a qualidade do produto em nível do produtor, permitiram atrair indústrias de laticínios para o estado. A vinda das grandes empresas exigiu qualidade dos produtores. O consumidor também exigia mais qualidade. O Ministério da Agricultura ampliou a cobertura da fiscalização nas indústrias de laticínios no campo. A indústria passou a ser um grande mercado para matéria prima de qualidade para um produto final de qualidade para atender consumidores exigentes. As grandes empresas reforçaram a diretriz de que todos os segmentos da cadeia de lácteos no estado deveriam trabalhar com cada vez maior qualidade.

Contribuiu para o desempenho da cadeia da pecuária leiteira fluminense a política tributária do estado de desoneração da cadeia do leite – um anseio externado enfaticamente no planejamento de 2008. À desoneração do setor feita na sua totalidade, os criadores responderam com produtividade e produção de qualidade. Os produtores estão se profissionalizando, graças aos incentivos fiscais do Governo do Estado. O produtor ganha dinheiro, agora. O governo ajudou muito investindo nesta área. O Programa Rio Genética da Secretaria da Agricultura, que começou em 2009, com parceria com Embrapa e Pesagro, já tem milhares de animais comercializados com financiamento. Existe também programa de inseminação disponibilizado para as cooperativas. O leite ainda tem um grande potencial de crescimento – o que estimulou no planejamento de 2013 a definição de metas ambiciosas para o ramo.

No ramo do café, as ações programadas no seminário de 2008, em Vassouras, foram sendo implantadas, principalmente em termos da assistência técnica, muito embora haja amplas possibilidades, oportunidades (e necessidades) de aumento do número de técnicos de assistência à reestruturação da lavoura no estado. A qualidade do café cresceu muito graças à assistência técnica, em grande parte decorrente do fato de que o Pronar teve uma atuação efetiva junto aos produtores e o Rio Rural, programa do governo, também colaborou muito com os produtores do noroeste fluminense – que demonstra que resultados muito favoráveis podem ser alcançados com tecnologia e assistência técnica. As ações e iniciativas caminham para um novo patamar de produção, produtividade e qualidade, com esforços do SENAR e do Sebrae, dentro do programa Bule Cheio, que tem levado os técnicos para junto dos produtores. A meta é dobrar a produção e a produtividade ajuda muito a dar renda para o produtor, melhorando preço e qualidade. A atividade, numa região montanhosa e difícil de se trabalhar, mas ela hoje está sólida e prosperando. O programa Bule Cheio, similar ao Balde Cheio, conta com o apoio de técnicos em trabalho de campo e em formação com apoio do Ministério e da Fundação Procafé.

Sobre cana de açúcar, no Planejamento Estratégico de 2008, foi discutido, como ponto de partida, um trabalho da Faerj/SEBRAE, o Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Cana, que logrou impacto na discussão das condições da lavoura e centrou a discussão do potencial da produção de cana, que estava decadente e que ficou patente que havia potencial para seu crescimento. A exemplo de outras culturas, o acesso à tecnologia foi fator de extrema importância na recuperação dessa lavoura. Como melhorias da atividade, destacamos a mecanização da colheita e a melhoria da qualidade, apontando como fator principal a mecanização, por exigência legal, que promoveu a redução do custo com mão de obra. As cooperativas de pequenos produtores têm feito investimentos em máquinas, mas a tecnologia ainda é desafiante. Como resultado dos esforços de todos os envolvidos na direção das institui-

ções e produtores, a maior usina do estado está sendo reaberta.

O ramo de hortifrutigranjeiro segue pujante como sempre, mercê das respostas rápidas dos produtores aos estímulos de mercado. Como há rapidez na resposta da produção, o produtor também sai rapidamente das dificuldades. Avançou-se na comercialização dos produtos na CEASA, mas o percentual atual pode ser grandemente aumentado. O setor foi ouvido no planejamento de 2008 e novas iniciativas – dos próprios produtores – foram acionadas.

Além desses resultados dos avanços dos setores selecionados há outros programas de impacto na agropecuária do estado. Tais são os casos, por exemplo, do PAS Leite – PAS é um programa de alimento seguro, incluindo mel e leite – com um primeiro piloto em Campos.

Os resultados do planejamento de ações de 2008 indicam que a perseverança na formulação das diretrizes estratégicas para todos os ramos indicam que a ferramenta é útil e produz resultados. Por essa razão e pela experiência amalhada no exercício anterior de 1008 é que decidimos implementar a mesma metodologia neste ano de 2013.

Para o gestor de políticas públicas do estado, em particular para quem estiver à frente da Secretaria de Agricultura e secretarias relevantes que prestam serviços públicos no estado, o Planejamento Estratégico é fundamental, pois daqui vêm as ideias de projetos para nortearem a ação das políticas públicas. O presente seminário de 2013 consolidou visões dos participantes em elevado grau de sintonia. Ficou patente que os participantes estavam alinhados com entidades de classe, cooperativas, Firjan e sindicatos. O seminário de direcionamento estratégico oferece a possibilidade de gerar um documento que alinhe propostas e prioridades na busca de comprometimento de todos os interessados na participação da agropecuária no desenvolvimento econômico do estado.



OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO AGRO FLUMINENSE

A identificação dessas oportunidades foram o ponto de partida para o planejamento de 2013. Foram identificadas inúmeras oportunidades de investimentos estratégicos da gestão pública em áreas ligadas ao agronegócio no estado. Selecionamos a seguir três sobre as quais recaíram as preferências dos participantes do seminário.

Na área da tecnologia agropecuária as oportunidades são de: a) estruturação do sistema de pesquisa estadual; b) geração de tecnologia no estado para que ela seja aplicada pelo produtor rural de forma adequada às características da região/município; c) estímulo às secretarias de agricultura (estadual e municipais) para que atuem como interlocutores institucionais para definir prioridades de pesquisa e transferência de tecnologia de forma integrada a assistência técnica com os produtores; d) incentivos para explorar as possibilidades de envolvimento maior secretarias da agricultura e órgãos de assistência técnica, fundações, sindicatos e empresas do agronegócio na valorização da pesquisa e no processo de transferência de tecnologia

Nas áreas de assistência técnica e extensão rural, as melhores oportunidades de inves-

timentos sociais e elevados retornos são: a) valorização dos quadros de profissionais técnicos (nível médio e superior), com treinamento, estímulo e remuneração, tanto no setor público quanto no setor privado; b) fortalecimento de quadros profissionais capacitados para assistência técnica dentro da administração estadual; c) desenvolvimento da cultura de planejamento e gestão junto aos produtores; d) elaboração de projetos com vistas ao desenvolvimento técnico dos produtores, além dos aspectos dos financiamentos dos mesmos – ou seja, melhoria na competência dos produtores em administração rural – pois ele precisa ser conscientizado e assistido em gestão e empreendedorismo; e) estímulos ao contato direto com os produtores, através de visitas e assistência permanente; f) fomento das atividades de empresas de assistência técnica no processo de difusão de tecnologia.

Vale a pena fazer um parêntesis nessa discussão para enfatizar a importância da pesquisa e da assistência técnica no estado. As maiores oportunidades de investimentos em tecnologia específica para a agropecuária do estado e em assistência técnica, de acordo com o consenso entre os participantes, são as que geram capital social. O capital social depende da tecnologia e vice versa. A tecnologia é capaz de sustentar um padrão de qualidade de vida no campo. A geração de tecnologia não deve ser um fim em si mesmo. O problema é a transferência da tecnologia. No estado do Rio de Janeiro, como testemunham inúmeros municípios, a tecnologia está inserida no contexto social. O que define bem estar nos municípios fluminenses tem sido a combinação de tecnologia, com insumos modernos e assistência técnica. As ações de governo deverão, dentro dos projetos, explorar as sinergias entre as políticas públicas no estado, dentro desse quadro de referência.

As políticas de apoio social não são sustentáveis se dependentes exclusivamente de recursos orçamentários. É necessário investir em tecnologias geradoras de renda e investimento em capital social. A tecnologia economiza recursos da política social. Os investimentos em tecnologia e assistência técnica geram qualidade de vida no campo.

Retornemos às melhores oportunidades de investimentos no estado. Lembremos que a identificação dessas oportunidades partiu dos participantes do seminário. Quanto ao acesso ao crédito, as melhores oportunidades são: a) investir em conhecimento acerca dos mecanismos de financiamento rural e redução da informalidade, por parte dos produtores; b) motivar os agentes financeiros para aceitarem a participação de profissionais liberais e empresas privadas de assistência técnica na formulação de projetos técnicos dos produtores; c) aproveitamento do interesse dos bancos federais em emprestar recursos para a agropecuária, manifestada recentemente; d) melhorar a assistência técnica em nível de carteira, nas agências dos bancos mencionados, para melhor operacionalizar o crédito.

As duas primeiras áreas de investimentos de alto retorno têm e tiveram a preferência dos participantes em razão do fato de que a produtividade e a rentabilidade das atividades são as molas-mestras da alavancagem do padrão de vida no campo.

Foram levantadas outras oportunidades de atuação do poder público para o desenvolvimento da agropecuária do estado. Tais foram os casos de fomento ao associativismo e cooperativismo no estado; investimentos em infraestrutura (energia elétrica, uso da água, telefonia e comunicação, mobilidade rural, segurança), facilitação do cumprimento das legislações ambientais, educação etc. Todas essas oportunidades do investimento público foram levantadas pelos participantes. Contudo, no final dos trabalhos foram escolhidos projetos executivos focados em pontos específicos de maior demanda dos agricultores fluminenses.

Foram ainda mencionadas oportunidades de investimentos da gestão pública, que deverão ter grande impacto no desenvolvimento do agro fluminense. As melhores oportunidades são: a) maior participação da agropecuária nos orçamentos estaduais e municipais de forma consistente com a importância do setor; c) reiterar a importância do avanço tecnológico na construção do capital social dos espaços agropecuários do estado; d) adoção de medidas destinadas a recompensar os esforços dos produtores e seus representantes para maior participação política nas decisões de governos (federal, estadual e municipal).

O levantamento de oportunidades de investimentos de altos retornos na agropecuária precedeu a eleição dos projetos prioritários. O levantamento das oportunidades serviu ao propósito de construir um quadro de referência e um pano de fundo para a geração espontânea de projetos específicos que atendessem aos interesses diretos e imediatos dos participantes.



DIRETRIZES DESTE SEMINÁRIO DE 2013

As diretrizes mais importantes, de acordo com o consenso dos participantes, foram: a) incluir mais setores nos benefícios das ações do setor público e dos setores privados, concentrando as propostas em políticas e ações transversais, que, por definição, beneficiam indiscriminadamente todos os setores da agropecuária (e alguns setores urbanos); b) as propostas foram apresentadas sob a forma de projetos com objetivos, atores e ações definidas pelos participantes; c) a priorização de ações públicas na pesquisa e assistência técnica com o objetivo de fomentar a rentabilidade das atividades agropecuárias do estado, rentabilidade esta que, conforme constatado na prática, em muitos municípios, resultou em bem-estar rural e padrão de vida no campo e nas cidades; d) eleição de projetos por consenso e adesão majoritária; e) valorização de recursos públicos atuais e potenciais; f) observância de condicionamentos ambientais; g) sincronia de projetos públicos e privados; e, h) acomodação das necessidades dos pequenos produtores e da agricultura familiar.

Além dessas diretrizes iniciais foram deixados amplos espaços para as contribuições dos participantes em áreas correlatas aos temas principais, dentro de uma abertura para temas adicionais de livre consenso entre todos os que contribuíram com o esforço do planejamento estratégico, desse 2013.

OS RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Após a montagem de painéis com as ações agrupadas em temas importantes, os participantes selecionaram aqueles com maior impacto no equacionamento das questões críticas do setor e que seriam transformados em projetos prioritários conforme descrito a seguir:

- RIO AGROFORTE
- RIO MAIS ALIMENTOS
- SALVAÇÃO DA LAVOURA - Adequação das Políticas Públicas
- SOS RURAL - Programa de segurança
- ÁGUA LIMPA É SAÚDE
- INFRA RURAL - Energia e telecomunicações para o bem estar do meio rural
- RIO MAIS VERDE - Produção Agrícola Sustentável - Preservação do Meio Ambiente e Competitividade do Setor Rural
- RIO TECNOLOGIA RURAL



PROJETO 1

RIO AGROFORTE – REVITALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

- Fomentar a revitalização dos CMDR.
- Estimular a adesão do produtor rural aos sindicatos da categoria e às associações e cooperativas, para que por meio de sua participação possa fortalecer a sua representação política.
- Estimular as ações coletivas que gerem benefícios pelas entidades.
- Ampliar a parceria SEBRAE/SENAR/FAERJ para multiplicar o atendimento ao Produtor de Alimentos e Energia.

PÚBLICO ALVO

- Produtores de Alimentos e Energia e representantes das instituições envolvidas.
- Políticos das Três Esferas: Municipal, Estadual e Federal.

AÇÕES

- Promover, por meio das entidades de Classe, a oferta de serviços de qualidade ao Produtor de Alimentos e Energia.
- Divulgar a importância dos serviços prestados pelas entidades de classe.
- Inserir a Agropecuária na definição de Políticas Públicas – crédito, assistência técnica e infraestrutura voltados para o setor através do Associativismo.



PROJETO 2

RIO MAIS ALIMENTOS – FORTALECIMENTO DA EMATER E PESAGRO

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

- Efetivação dos objetivos pretendidos pelo projeto:
- Promover a sustentabilidade das Empresas por meio da implantação do Plano de Cargos e Salários nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Pesquisa Agropecuária, como condição básica dele atender o Produtor de Alimentos e Energia nas suas necessidades de transferência de tecnologia, assistência técnica e crédito rural.
- Capacitar o técnico, mantendo-o atualizado, acerca do uso e transferência de novas tecnologias.
- Implantar um processo de avaliação de resultados das ações de desempenho das Empresas de Pesquisa e Assistência Técnica e de Pesquisa.
- O projeto visa tornar o setor de alimentos do Estado do Rio de Janeiro cada vez mais competitivo e contribuir para a melhoria de qualidade de vida, aumento da renda e elevação do Índice do Bem Estar Social (IBE – Anexar dados da Pesquisa fornecida pelo Prof. Mauro – FGV.)
- Propor a integração (fusão) das atividades de pesquisa e extensão rural no Estado para uma melhor eficiência das ações.

PÚBLICO ALVO

Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa de Instituições Públicas e Privadas.

- Ações
- Sensibilizar os governantes da importância da Assistência Técnica Extensão Rural e Pesquisa para o desenvolvimento do setor, por meio de ações políticas e da divulgação da pesquisa de IBE/FGV.

- Sensibilizar a Mídia para apoiar O Projeto de Reestruturação dos Órgãos Públicos envolvidos responsáveis pela Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica aos Produtores de Alimentos e Energia do Estado do Rio de Janeiro.
- Buscar opinião dos órgãos interessados (Emater e Pesagro)

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

- Emater
- Pesagro
- Defesa Sanitária Animal e Vegetal
- Produtores de alimentos e energia
- Representantes de órgãos de classe
- SEAPEC
- Governo estadual
- Prefeituras municipais
- Câmaras municipais
- ALERJ
- Universidades e escolas técnicas
- Empresas de pesquisa estaduais e federais



PROJETO 3

SALVAÇÃO DA LAVOURA - ADEQUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Fortalecer a atividade agropecuária e evitar e/ou diminuir o esvaziamento econômico do interior.

É desproporcional a participação do setor agropecuário nos orçamentos municipais, independentemente da contribuição do valor da produção agropecuária no PIB municipal.

A alocação de mais recursos nos orçamentos das secretarias de agricultura estadual e municipais contribuirá para o aumento da renda, a diminuição do êxodo rural e a importação de alimentos.

PÚBLICO ALVO

População dos municípios do interior fluminense

RESTRIÇÕES

Desinteresse do poder público em direcionar recursos a regiões menos populosas.

AÇÕES

- Demonstrar ao poder público, nas diferentes esferas e instâncias, utilizando o PIB atualizado do agronegócio do ERJ, a importância do setor para os municípios e o estado.
- FAERJ reencaminhar ao governo do estado documento de reivindicação de aumento do orçamento da SEAPEC.
- Sindicatos rurais e instituições parceiras promoverem reuniões com prefeitos e secretarias de agricultura visando ao aumento da destinação dos recursos para o setor rural nas LOAs.
- FAERJ propor redução da carga de ICMS sobre insumos, máquinas e equipamentos para o setor rural.
- FAERJ propor a inclusão no PEFATE de linhas de incentivo à implantação de projetos de energia alternativa rural (solar, eólica, biodigestor....)

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

- FAERJ
- Sindicatos, instituições parceiras



PROJETO 4

SOS RURAL - PROGRAMA DE SEGURANÇA NO CAMPO

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Propiciar segurança nos espaços rurais. Tem havido grande disseminação de furtos à propriedades rurais, de máquinas agrícolas e residências, assim como assaltos à mão armada aos cidadãos.

Percebe-se não haver sintonia entre a(s) polícia(s) e o poder judiciário, no sentido de efetivar processos de investigação e condenação dos culpados.

Dados estatísticos podem corroborar a percepção deste cenário (ANEXAR DADOS ORIUNDOS DA SEC. ESTADUAL DE SEGURANÇA E/OU DELEGACIAS LOCAIS)

A resolução deste problema repercute não somente sobre as unidades produtivas como também pode fomentar a permanência/retorno de populações rurais.

PÚBLICO ALVO

População rural em sua totalidade.

RESTRICÇÕES

Tem havido grande concentração dos recursos de segurança na região metropolitana, especialmente na capital. O efetivo policial (e seus recursos) são limitados nos pequenos municípios.

AÇÕES

- Nível municipal: Formalizar a demanda referente à segurança no meio rural ao governo municipal por meio de manifestação oficial.
- Participação das entidades de classe do setor agropecuário nos Conselhos Municipais de Segurança.
- Nível Estadual: Formalizar a demanda referente à segurança no meio rural ao governo estadual por meio de manifestação oficial.

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

- Patrocinador Sistema FAERJ
- Equipe de execução FAERJ (Adm. Central) + Presidentes de Sindicatos



PROJETO 5

ÁGUA LIMPA É SAÚDE – USO EFICIENTE DA ÁGUA

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Se houver a isenção dos impostos estaduais e melhor utilização dos recursos hídricos, podemos nos tornar mais competitivos em relação a outros estados da Federação em função do aumento da produção. Isso implicará positivamente na geração de trabalho e renda e a manutenção dos empregos na área rural e fixação/retorno do homem ao campo.

O objetivo desse projeto é desenvolver esforços junto aos órgãos competentes visando a isenção de impostos em insumos, máquinas e implementos e aquisição de equipamentos de irrigação localizada visando a economia e eficiência no uso da água.

Trata-se de uma iniciativa que, além de beneficiar a área rural, contribui para a conservação do solo e diminui a erosão e o assoreamento de rios.

PÚBLICO ALVO

Produtores de Alimentos e Energia e a sociedade em geral

AÇÕES

DRENAGEM

- Criar comitê de fiscalização dos trabalhos de drenagem e manutenção dos canais de irrigação, rios e córregos
- Identificar as possíveis fontes de recursos para a execução do trabalho, projetos em andamento e instituições envolvidas
- Traçar estratégia para otimização dos recursos/ projetos disponíveis

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

- INEA
- Governo federal (PAC)
- Prefeituras
- SEAPEC
- FAERJ (como unidade articuladora do projeto) e entidades de classe
- Geradoras de energia



PROJETO 6

INFRA RURAL – ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES PARA O BEM ESTAR DO MEIO RURAL

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Objetivo: Garantir a disponibilidade de energia e telecomunicações (telefonia e internet) aos produtores rurais e suas formas associativistas.

Justificativa: Energia e telecomunicação fazem parte das condições fundamentais para produção de alimentos e bem estar das famílias, evitando êxodo rural.

Este projeto estruturará as informações e processos de reivindicações formais às partes com poder de decisão.

PÚBLICO ALVO

Produtor rural, principalmente agricultores familiares e suas formas associativistas.
Comunidades rurais.

RESTRICÇÕES

Baixa densidade de usuários na área rural reduz interesse das concessionárias e operadoras.

Maiores distâncias dos centros geradores e da estrutura de transmissão.

AÇÕES

- Elaboração de base de dados e informações sobre oferta e demandas dos serviços públicos e suas ferramentas de captura de dados. A base deverá integrar todas as informações das condições no Estado (incluindo informações sobre a satisfação com a qualidade dos serviços)
- Elaborar os documentos de reivindicação formais
- Definição dos canais e modos de encaminhamento das reivindicações (incluindo participação nos conselhos das concessionárias).
- Instituir modelo de monitoramento do andamento das reivindicações.
- Instituir instrumento de comunicação aos públicos envolvidos (link no site, publicações, etc.)

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

- Patrocinador
- FAERJ e Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC)
- Financiadores
- FAERJ

CRONOGRAMA DO PROJETO

Início: Segundo semestre de 2014

Duração: Um ano.



PROJETO 7

RIO MAIS VERDE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E COMPETITIVIDADE DO SETOR RURAL

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo maior consumidor de alimentos do país e com grande dependência da importação de alimentos de outros Estados. O ambiente de produção é caracterizado pelo predomínio de pequenos produtores, cujas áreas estão em sua maioria localizadas em região de topografia acidentada e com grande diversidade climática. A produção de alimentos é uma atividade de baixo impacto ambiental e de grande relevância social. A legislação ambiental existente,

que regulamenta a produção rural no Rio de Janeiro, tem sido baseada nas resoluções do Conema, que tem restringido a competitividade do setor na medida em que tem sido mais restritiva do que a de outros Estados, e em muitos casos impossíveis de serem cumpridas, levando o produtor à ilegalidade.

O objetivo deste projeto é obter uma normatização adequada condizente com a realidade do setor produtivo do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a garantir uma produção agrícola sustentável, contribuindo para a geração de renda e a manutenção da população rural, em perfeita sintonia com a questão ambiental

Observação da Plenária: Para atender a necessidade fluminense e a legislação vigente)

PÚBLICO ALVO

Agricultura familiar, pequenos, médios e grandes produtores rurais do Estado do Rio de Janeiro.

RESTRIÇÕES

Pouca representatividade do setor rural no Conema e pouca participação na Alerj.

AÇÕES

- Fortalecer a participação do setor produtivo rural no Conema
- Sensibilizar o poder executivo e legislativo para adequação da legislação ambiental para um a agrícola sustentável

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

FAERJ e demais organizações do setor rural Fluminense.



PROJETO 8

RIO TECNOLOGIA RURAL – PRODUTIVIDADE E RENTABILIDADE COM SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Objetivo: Fazer chegar ao produtor as tecnologias adequadas disponíveis e promover a sua adoção. (nota plenária: incluir pesquisa?)

Justificativa: O projeto promove o aumento da produtividade e rentabilidade que garante a viabilidade econômica. Geração de postos de trabalho. Garantia de sustentabilidade ambiental.

PÚBLICO ALVO

Produtor rural, principalmente agricultores familiares e suas formas associativistas.

Comunidades rurais.

RESTRIÇÕES

Recursos humanos e financeiros

Resistencia do produtor rural em aceitar tecnologias

Articulação pesquisa e extensão e demais atores

AÇÕES

- Diagnóstico do sistema atual de pesquisa, desenvolvimento, transferência e aplicação de tecnologias.
- Definição do modelo a ser implantado, com atribuições das partes envolvidas, envolvendo os beneficiários.
- Definição de Parcerias e modelos de acordos de cooperação.
- Definição de Metodologias e processos

ATORES E RESPONSABILIDADES NO PROJETO

Patrocinador

- Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAPEC

Financiadores

- Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA),
- Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA),
- Ministério de Desenvolvimento Social (MDS),
- Ministério da Integração Nacional - MI, FECAM, FINEP, CNPQ, e FAPERJ.

(Nota na plenária: Mencionar outras instituições)

CRONOGRAMA DO PROJETO

Início: Segundo semestre de 2014

Duração: Dois anos.





FAZENDA LEGAL

“O produtor rural semeia esperança
e colhe a paz do Brasil.”



Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FAERJ
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio de Janeiro - SENAR-AR-RJ
Av. Rio Branco, 135/910 - Centro - 20.040-006 - Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 3380-9500 / Fax: (21) 3380-9501
faerj@faerj.com.br / senar@senar-rio.com.br / www.sistemafaerj.com.br